



Ata nº 2442

Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores, reuniram-se em Sessão Ordinária, sob a presidência da vereadora Maria Elena Prando Trevizan, os senhores vereadores: Ademir de Jesus, Andressa Costenaro, Fabiano Miqueloto, Gervesson Antonio Cadore, Juventino José Savaris Junior, Nailson Mantovani, Nelso Antonio Dall'Orsoletta e Solange Maria de Assis. Pedindo a proteção de Deus, a Presidente deu as boas-vindas a todos os colegas vereadores e a todos que fazem presença nesta Casa. Inicialmente, solicita ao Assessor Jurídico que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Concluída a leitura, a ata é colocada em discussão, ocasião em que o vereador Nailson solicita uma pequena correção em sua fala. Após correção, a ata é submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Na Ordem do Dia, há um projeto de lei e um pedido de informação. Ao iniciar a Ordem do Dia, procede-se a leitura do **Projeto de Lei Complementar nº 04/2026**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar n. 52 de 23 de dezembro de 2011 para fins de criação de cargo público de provimento efetivo de Médico Especialista em Saúde da Família e Comunidade, além de outras providências. Após a leitura, encaminha o referido projeto para análise das comissões. Após a análise e a coleta das assinaturas, são retomados os trabalhos. O projeto é colocado em discussão, ocasião em que o **vereador Juventino** questiona o assessor jurídico, realizando a leitura de artigo que dispõe que o subsídio dos cargos municipais não deve ultrapassar o valor do subsídio do Prefeito Municipal. Menciona as possíveis consequências dessa situação e indaga se há justificativa legal para o caso. O **assessor jurídico** responde que não possui posicionamento definitivo no momento, mas informa que, em ocasião anterior, conversou com o assessor jurídico municipal, o qual explicou haver ressalvas nesse sentido. Acrescenta que, caso o vereador deseje um posicionamento conclusivo, poderá solicitar análise mais aprofundada para posterior esclarecimento. A **vereadora Andressa** manifesta que somente é possível percepção de valor superior mediante acúmulo de vínculos, o que não se aplica ao município, exemplificando hipóteses em que tal situação poderia ocorrer. O **vereador Juventino** menciona que o salário do Prefeito aproxima-se de dezoito mil reais, apontando uma discrepância de aproximadamente dez mil reais em relação ao salário do médico referido. Ressalta que a lei trata do tema e que, no exercício da função fiscalizatória, busca esclarecimentos, e questiona as opiniões de seus colegas vereadores. A **Presidente** informa que o salário do médico historicamente é superior ao do Prefeito. A **vereadora Solange** afirma que parte desse valor é proveniente do Ministério da Saúde, cabendo ao município outros encargos, sendo o salário estipulado pelo referido órgão, e destaca que tradicionalmente os médicos recebem remuneração superior à do Prefeito. O **assessor jurídico** orienta que, se for da vontade do vereador, poderá solicitar vistas do projeto. O **vereador Juventino** questiona o prazo de tramitação. A **Presidente** informa que o projeto é urgente, pois o município poderá ficar sem médico. O **vereador Juventino** demonstra ciência de que a ausência poderá ocorrer a partir de março. O **vereador Ademir** manifesta que o projeto é encaminhado tardiamente, às vésperas da deliberação. Os vereadores discutem o envio de projetos em cima do prazo, ocasião em que alguns cogitam reter a matéria para análise mais detalhada. A **vereadora Andressa** ressalta a necessidade de compreensão prévia dos projetos antes da aprovação. O **vereador Ademir** reforça que as proposições deveriam ser encaminhadas com antecedência para organização dos trabalhos, salientando que, diante da urgência, não é



possível postergar a votação. O **vereador Nelso** declara que o Prefeito, por ser advogado e conhecedor das leis, não encaminharia projeto ilegal para votação. O **vereador Juventino** contrapõe, afirmando que, se houvesse pleno conhecimento, o município não estaria enfrentando perda de servidores na área da saúde. Cita ainda situações anteriores, como a aprovação de reajuste salarial enviada em caráter de urgência no mês de janeiro, argumentando que houve tempo hábil para encaminhamento prévio e discussão mais ampla. O **vereador Nailson** observa que, por se tratar de sessão extraordinária, não cabia pedido de vistas. A **vereadora Solange** concorda com o vereador Nelso quanto à confiança na legalidade do ato do Prefeito, mas defende a necessidade de colaboração e transparência. Manifesta-se favorável à aprovação em benefício da comunidade, sugerindo, contudo, que os responsáveis pela elaboração dos projetos os apresentem com antecedência ou compareçam para prestar esclarecimentos, visto que os vereadores são frequentemente questionados e não dispõem de informações suficientes. O **vereador Ademir** concorda com a necessidade de envio antecipado dos projetos. A **vereadora Andressa** afirma que raramente solicitam vistas, tendo ocorrido apenas uma vez no período de um ano, sendo os demais projetos aprovados. O **vereador Fabiano** opina que, por se tratarem de matérias urgentes, devem ser encaminhadas previamente e acompanhadas de explicações. O **vereador Nelso** sugere o envio de ofício formalizando essa exigência. A **vereadora Solange** destaca que não se trata propriamente de urgência, pois há tempo hábil para encaminhamento antecipado, mas os projetos são enviados em cima do prazo. O **vereador Juventino** informa que conversou com o Dr. Fabrício, médico do posto de saúde, o qual desconhecia a situação. A **vereadora Andressa** afirma que o município não ficará sem médico, pois permanecerão em atividade com a Dra. Sofia. O **vereador Nelso** questiona se uma única médica suportaria a demanda existente. A **Presidente** ressalta que, embora seja direito do vereador solicitar vistas, sugere a aprovação do projeto na presente sessão. O **vereador Nailson** concorda com a vereadora Solange quanto à necessidade de organização, mas destaca que se deve priorizar o bem-estar da população, observando que uma única médica não atenderia toda a demanda até a realização de concurso público e conclusão dos trâmites legais, ressaltando que, ao final, a responsabilidade recai sobre os vereadores. A **Presidente** menciona que, após a aprovação, poderão cobrar providências do Poder Executivo. A **vereadora Solange** propõe a aprovação do projeto, acompanhada da elaboração de documento conjunto das três bancadas, solicitando maior agilidade e organização no envio das proposições, a fim de evitar situações semelhantes. Esclarece que não se posiciona contra a atual administração, mas defende maior clareza e responsabilidade, sugerindo ofício assinado por todos os vereadores requerendo o encaminhamento prévio dos projetos. A **vereadora Andressa** concorda que a matéria deve ser debatida para que possam prestar melhores esclarecimentos à população, manifestando o desejo de que seja a última vez que tal situação ocorra. Afirma que votarão favoravelmente nesta ocasião, mas que, caso não haja mudança, poderão solicitar vistas em situações futuras. Encerradas as discussões, o projeto é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, solicita a leitura do **Pedido de Informação nº 01/2026**, de autoria das três bancadas, para que o Executivo Municipal, através dos órgãos competentes, informe a esta Casa Legislativa, representada por estes vereadores e seus estimados pares, a respeito das obras de calçadas que foram removidas em razão de intervenções na rede de encanamento, solicitando esclarecimentos acerca do prazo para reinício e conclusão das obras, bem como da responsabilidade pela sua execução. Após a leitura, o pedido de informação é colocado em discussão e, não havendo manifestações contrárias, é colocado em votação, sendo



aprovado por unanimidade. Assim, finaliza-se a Ordem do Dia, iniciando-se a Palavra Livre. O **Vereador Nelso** é o primeiro a se manifestar. Ao tratar das lixeiras mencionadas na sessão anterior, informa que conversou com o Prefeito e que a questão está em estudo. Explica que, em razão do tamanho dos contêineres, há dificuldade de instalação, especialmente nas calçadas, devido à presença de postes e à limitação de espaço. Pede sugestão e análise de locais adequados para a colocação dos contêineres, destacando que, em alguns pontos, provavelmente não haverá espaço disponível. Relata que estão sendo avaliadas lixeiras de menor porte, bem como a possibilidade de locação junto a empresas especializadas. Menciona que, caso os contêineres sejam instalados, será necessário realizar a higienização diária em local com tratamento de esgoto, o que não se mostra viável para execução direta pelo município. Diante disso, informa que a conclusão preliminar aponta para a terceirização do serviço, a ser realizado no período noturno, a fim de facilitar os trabalhos. Acrescenta que estão sendo analisados os custos de locação e as dimensões adequadas das lixeiras, observando que algumas existentes estão em uso há mais de trinta anos e que, quando atuava na manutenção das vias, realizava a retirada e lavagem na própria garagem. Destaca que a medida envolve custo elevado e requer manutenção constante, além de conscientização da população quanto ao uso adequado. Afirma que está sendo avaliado o espaço disponível nas esquinas para eventual ampliação, ao menos nos locais onde seja possível instalar os equipamentos sem prejudicar a circulação dos pedestres. Referente ao projeto aprovado, aos médicos, menciona situação pessoal para exemplificar a importância de profissionais que conheçam a realidade local. Ressalta que o Dr. Fabrício atua no município há aproximadamente dezessete anos, conhece os pacientes e os medicamentos utilizados, compreendendo as necessidades da população. Defende que o município necessita de profissionais com vínculo e conhecimento da comunidade, e não apenas de médicos recém-formados que permanecem por curto período. Afirma que, se para o Prefeito é aceitável receber remuneração inferior à do médico, entende que não há problema, e que eventual questionamento por parte do Ministério Público deve recair sobre o gestor responsável, e não sobre os vereadores que votam a matéria. Reitera sua preferência pela permanência do Dr. Fabrício, por entender que é profissional que conhece a população, a qual apresenta alta demanda por atendimentos e uso contínuo de medicamentos, citando, inclusive, exemplo familiar. Menciona que, por vezes, há ausência de determinados medicamentos na rede pública. Observa que algumas críticas direcionadas ao médico decorrem do fato de ele adotar postura rigorosa com pacientes que não seguem corretamente as orientações médicas, como a ingestão inadequada de medicamentos, o que acaba gerando insatisfação. Defende que tal postura demonstra responsabilidade profissional. Por fim, manifesta o desejo de que o médico permaneça atuando no posto de saúde, reconhecendo a elevada demanda de atendimentos e os custos envolvidos na manutenção do serviço. Posteriormente, faz uso da palavra o **Vereador Nailson**, que inicia comentando sobre a alteração no horário do ensino médio da rede estadual, informando que foi implantada carga horária de cinco horas diárias em sala de aula, no período das sete horas e quinze minutos às doze horas e quinze minutos. Relata que, em conversa com alguns pais, toma conhecimento de dificuldades enfrentadas diante dessa mudança. Afirma não saber a quem compete a responsabilidade pela implantação do novo sistema, mas entende que a população e os próprios alunos deveriam ter sido previamente consultados. Considera desafiador que os estudantes permaneçam cinco horas consecutivas em sala de aula e menciona que alguns relatam a exibição de filmes durante parte do período, o que, em sua avaliação, gera preocupação quanto aos custos para o



Governo do Estado, especialmente nos municípios que necessitam de transporte terceirizado. Ressalta que compreende a medida como investimento e incentivo à educação, porém entende que deveria haver maior planejamento. Manifesta o desejo de que o novo modelo traga resultados positivos aos alunos, embora afirme manter cautela quanto às expectativas, considerando os relatos recebidos. Na sequência, comenta sobre o setor da cultura que esteve presente em evento recente, enfatizando a importância da participação dos parlamentares nessas ocasiões. Reconhece que, em razão de compromissos profissionais, não pode permanecer até o encerramento, mas ressalta que tais decisões impactam o futuro do município, sendo fundamental a presença dos representantes públicos. Por fim, agradece e parabeniza a administração municipal pela inauguração da Quadra Gustavo Bonamigo Prando, destacando que a denominação foi indicação da bancada do MDB, e elogia a estrutura, afirmando que contribui para o incentivo à prática esportiva. Também parabeniza a diretoria do São Luiz pelo retorno da tradicional janta de espeto corrido, evento que havia deixado de ser realizado e que agora retorna nos moldes de antigamente. Posteriormente, a **vereadora Solange** faz uso da palavra, mencionando a questão das lixeiras. Demonstra compreender as falas do vereador Nelso e explica que, no município de Joaçaba, há lixeiras contêineres instaladas nas ruas. Ressalta, contudo, que sua preocupação não se refere a essa situação, mas sim às lixeiras em formato de cesto localizadas no centro da cidade. Afirma que, até que o problema seja solucionado de forma definitiva, poderia ser avaliada a possibilidade de substituir as atuais lixeiras amarelas, que considera pequenas e insuficientes, ocasionando o descarte de lixo no chão, por tambores azuis, devidamente higienizados e organizados nos pontos adequados. Entende que tal medida proporcionaria melhor aspecto visual à cidade, apresentando a sugestão como uma proposta a ser analisada. No que se refere ao doutor Fabrício, destaca que sempre comenta que, caso ele deixe de atuar no município, a saúde pública municipal sofrerá grande perda, tendo em vista que se trata de um profissional exigente e comprometido. Salienta que, embora haja comentários acerca de sua postura firme, muitos munícipes retornam para atendimento com ele, reconhecendo sua dedicação e preocupação com a saúde da população. Exemplifica que o médico, em diversas situações, poderia realizar determinados procedimentos em seu consultório particular, mas opta por realizá-los no serviço público, além de oferecer orientações e sugestões em casos mais complexos. Elogia o conhecimento técnico do profissional, bem como suas qualificações, citando inclusive situações vivenciadas por sua própria família, nas quais o médico obteve êxito no tratamento, reiterando seu reconhecimento quanto ao profissionalismo e ao apreço que ele demonstra pela população do município. Por fim, parabeniza e elogia a administração municipal pela quadra Gustavo Bonamigo Prando, ressaltando que se trata de uma homenagem bonita e emocionante. Destaca a organização e a limpeza do local, considerando-o um importante incentivo ao esporte. Acrescenta que seria pertinente buscar um espaço no município para a construção de uma quadra, com o objetivo de incentivar e resgatar a participação da juventude, visto o expressivo público jovem presente no evento de inauguração. Também elogia o jantar realizado, assim como já manifestado pelo vereador Nailson. Por fim, a palavra retorna à **Presidente**, que complementa as falas da vereadora Solange em relação à comunidade. Destaca que a quadra se encontra muito bonita e que, desde o salão, já se percebe um ambiente diferenciado. Ressalta que se trata de uma comunidade pequena e acolhedora, salientando que as comunidades realizam inúmeras ações que aproximam as pessoas, especialmente por envolverem públicos de todas as idades em eventos dessa natureza. Comenta que a comunidade possui uma linda história e menciona, com emoção, que o fundador foi seu



pai. Afirmar que há “luzes e sombras” nessa trajetória, pois houve muita luta para manter a comunidade da forma como foi idealizada, descrevendo como tudo se iniciou. Em relação à reunião sobre cultura, conforme mencionado pelo vereador Nailson, reforça a importância da participação dos legisladores nesses encontros e informa que em breve ocorrerá outra reunião na Câmara de Vereadores. Destaca que, apesar de o município ser pequeno, há cultura ativa e significativa. Sobre a questão das lixeiras, menciona que atualmente não observa a situação com tanta frequência, mas recorda que, quando o debate se iniciou anteriormente, esteve em Piratuba e observou lixeiras em formato de cesto, considerando tratar-se de um município turístico. Questiona o hábito de algumas pessoas de descartar inadequadamente o lixo, ressaltando a necessidade de pensar na logística e, principalmente, na conscientização da população para realizar o descarte de forma correta e cuidadosa, demonstrando zelo pelo município. Menciona que, embora Joaçaba já disponha de lixeiras em contêineres e até mesmo de recipientes com cores específicas para a separação do lixo, ainda há desrespeito por parte de alguns munícipes, que misturam os resíduos. Enfatiza que a população ainda tem muito a aprender quanto à correta destinação do lixo e à importância da conscientização, pois não basta apenas instalar lixeiras se posteriormente surgirem reclamações. Finaliza manifestando o desejo de que haja maior conscientização e que tudo transcorra de forma positiva. Nada mais havendo a tratar, declara encerrados os trabalhos, convocando todos os Vereadores para a próxima Sessão Ordinária, a realizar-se no dia dois de março de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas.

Maria Elena Prando Trevizan
Presidente

Solange Maria de Assis
Primeira Secretária

Juventino José Savaris Junior
Segundo Secretário

Fabiano Miqueloto
Vice-Presidente

Ademir de Jesus
Vereador

Andressa Costenaro
Vereadora

Gervesson Antonio Cadore
Vereador

Nailson Mantovani
Vereador

Nelso Antonio Dall’Orsoletta
Vereador